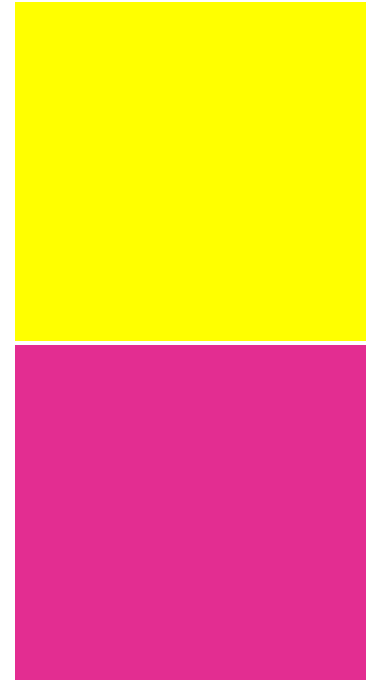


Os *Gilets jaunes* cinco meses depois: insurreição urbana, democracia difusa, contra-poder social

Plateforme d'Enquêtes Militantes

Traduzido por Clarissa da Costa Moreira



Publicamos aqui uma análise de fundo do movimento dos Gilets Jaunes – menção aos coletes amarelos dos trabalhadores precários franceses (N.d.T) – que se propõe a realizar um balanço de cinco meses de mobilização, em um momento delicado de transição após uma longa sequência de lutas. A partir da revisão dos elementos que fizeram de meados de março um momento particularmente forte do atual confronto social (pt.0), o artigo retoma a análise da transformação das formas de organização que ocorreram entre o mês de Janeiro e o Ato XVIII (item 1), para analisar a resposta do Estado e do governo (item 2). O núcleo do texto (pt. 3) examina os fenômenos marcantes em torno do movimento dos Gilets Jaunes, incluindo a redefinição do binômio greve/bloqueios (pt 3.1.), a articulação entre luta econômica e luta política (pt. 3.2) e a centralidade das questões democráticas, notadamente a crítica à Macron (ponto 3.3.1), a importância do referendo (ponto 3.3.2) e a hipótese de Commercy / St. Nazaire (ponto 3.3.3). O texto se conclui (pt.4) delineando algumas perspectivas futuras, das quais o movimento Gilets Jaunes dependerá.

0. Ponto de inflexão?

O movimento dos Gilets Jaunes aproxima-se agora do seu quinto mês de existência. Seu início coincidiu com a conclusão do pretense "grande debate nacional". Este momento inaugurou o lançamento da campanha para as eleições europeias de 26 de maio de 2019, com seu cortejo de desvios que desconsideraram as classes populares, algo que as classes dominantes fazem tão bem. Este é um importante ponto de passagem na atual sequência de fatos sociais e políticos: por um lado, o governo disse que estaria aberto à participação cidadã e à sociedade civil; por outro lado, com a lei “anti-quebradeira” em vigor, este se sente mais legitimado para radicalizar a repressão daqueles que insistem em se manifestar nas ruas: o discurso do primeiro-ministro Édouard Philippe na segunda-feira, 18 de março, e a substituição do ex-prefeito de Paris por Didier Lallement mostrou bem esse aspecto. É por isso que, entre os Gilets Jaunes, alguns identificaram, com inteligência tática, o período de meados de março como uma data a explorar. *La France en colère* (A França com raiva) foi uma ação que apelou à intensificação da mobilização para os finais de semana de 8-10, 15-17 e 22-24 de março, enquanto outros Gilets Jaunes convocaram participantes a convergir em direção ao centro de Paris no sábado, 16 de março, para dar um ultimato a Macron e consortes e fazer do Ato XVIII um momento

memorável, como foi realmente o caso. Também em 16 de março dois outros eventos - há muito planejados - foram significativamente articulados com as demandas do Gilets Jaunes, provocando contaminações interessantes: a marcha pela solidariedade com as famílias das vítimas da violência policial e a marcha global contra o aquecimento global. Por sua vez, a Confederação Geral do Trabalho (CGT) francesa, decididamente externa à dinâmica e ao conteúdo da mobilização, após os fracassos de 14 de dezembro e 5 de fevereiro, propôs para terça-feira, 19 de março, um terceiro dia nacional de ação, que não excedeu de fato os limites de anúncio político, separado das realidades sociais e militantes. Enquanto isso, de forma bastante promissora, na sexta-feira, 15 de março, 50.000 alunos e estudantes invadiram as ruas de Paris, praticando uma "greve ecológica" cuja ressonância transnacional está alinhada com o alcance sistêmico, tanto estrutural quanto global, da questão ecológica.

1. Antecedentes

1.1 Manifestações

Nesse período, na região parisiense, o movimento do Gilets Jaunes passou por grandes transformações, tanto em relação às práticas quanto em relação às formas de organização. Se, em meados de Janeiro, o fato de que tanto as manifestações de rua quanto os setores de organização do movimento contavam, em sua composição, com neo-fascistas bem conhecidos, fizessem temer uma normalização à direita do movimento, os Gilets Jaunes foram capazes de reagir e libertar-se, marginalizando nos grupos e nas manifestações as tendências confusas e conspiratórias mais próximas à "*facistosfera*": "Fizemos a faxina em casa"! Como ouvimos frequentemente em assembleias locais na região de Paris. Após essa mudança de fase no equilíbrio de poder, as manifestações de sábado ainda eram caracterizadas por procissões combativas que reuniam regularmente dezenas de milhares de Gilets Jaunes. Essa dinâmica conheceu seu apogeu no agora famoso ato XVIII, em Champs Elysées, que, mais uma vez se transformou na mais bela avenida do mundo durante esta tarde revoltosa, onde o amarelo dos coletes e o preto das jaquetas impermeáveis se apoiaram mutuamente, e todas as janelas e lojas que incorporavam materialmente o grande capital foram destruídas, enquanto os

manifestantes presentes no local defendiam e apoiavam ações ofensivas ... muito ofensivas¹!

Dada a escala do evento, o *Gilets Jaunes* decidiu espontaneamente não reproduzir aquele tipo de convocação nacional por um certo tempo (13 de abril em Toulouse, 20 de abril e 1 de maio em Paris) e voltar a atuar novamente nas esferas locais, onde as práticas de bloqueio e de democracia direta encontram sua base de expressão.

1.2. Bloqueios

Em termos de bloqueios, não só houve uma proliferação de iniciativas, mas também o deslocamento dos lugares-alvo do movimento, bem como conexões promissoras em termos de alianças e subjetivações políticas. Na verdade, para além dos bloqueios realizados nas noites de segunda-feira em Rungis, Paris e seus subúrbios até meados de dezembro, o *Gilets Jaunes* não conseguiu criar de fato uma dinâmica de bloqueio semanal. Foi especialmente a partir de janeiro que os bloqueios começaram a se encadear regularmente, obviamente visando as rótulas rodoviárias e os pedágios, mas também as entradas de fábricas e armazéns, plataformas ou zonas logísticas, portos e aeroportos, incluindo até mesmo os nós de tráfego rodoviário que levam a La Défense, este lugar sagrado do poder econômico e financeiro. Esse encontro entre coletes amarelos e coletes vermelhos - que continua parcialmente e a ser fortalecido - oferece um campo político frutífero em termos de discussões, organização e ações. E se isso não foi feito antes na região de Paris, foi devido ao fato de que o movimento só conseguiu se estabelecer em alguns bairros parisienses e em várias cidades vizinhas com algum atraso, se comparado ao que havíamos visto em outros lugares.

No entanto, um dos pontos-chave das discussões que ocorreram na assembleia de St-Nazaire no último fim de semana foi precisamente sobre como reavivar os bloqueios, chamando todos os *Gilets Jaunes* da França para "uma semana de ações" no final de abril/início de maio.

¹ Cf. o artigo em destaque no *Le Monde* na noite do evento, que mostra como uma composição social transversal e variada social, geográfica e geracionalmente, apoiou atos de quebra, pilhagem e saques.

1.3 Assembleias Locais

Foi durante os feriados de Natal e nas semanas seguintes que várias assembleias populares foram instaladas em Paris e nos arredores: Belleville, arrondissement XIII e XVIII, Champigny, Gennevilliers, Ile St. Denis, Ivry La Courneuve, Montreuil, Pantin, Pierrefitte-sur-Seine, St. Denis, Rungis, Vitry, etc. Esses espaços, que podem reunir uma vez por semana várias dúzias de Gilets Jaunes², foram rapidamente formados em torno de núcleos de confronto e auto-organização, tornando-se fóruns de intercâmbio para refinar as perspectivas políticas e enriquecer as práticas. É aqui que encontramos o próprio coração do Gilets Jaunes; é aqui que os laços de solidariedade são construídos e a inteligência coletiva é exercida. E é sempre aqui que a prática da horizontalidade, o desejo de reterritorializar a política e a vontade de engajar-se ativamente levam a proposições concretas de diferentes naturezas: o planejamento de ações ao longo do tempo, a programação da semana, arranjos coletivos para ocupar as ruas aos sábados, elaboração de chamados ou textos e, sobretudo, estreitamente de relações interpessoais - esse tecido de sociabilidade que alimenta a coesão do grupo e aprofunda o processo de subjetivação. Como a recente reunião em St-Nazaire (com as suas 230 assembleias e 800 participantes) demonstrou mais uma vez, a experimentação e reinvenção da democracia é uma das principais questões do movimento dos Gilets Jaunes.

2. Contramedidas do Estado

Diante de um movimento tão ousado, que tanto preocupa os tutores da ordem e os seguidores da capital, o governo já extenuado não teve descanso e se aplicou de maneira cuidadosa a (tentar) domar a revolta. E para cumprir sua missão repressiva, o governo passou a combinar técnicas totalmente autoritárias com remédios simplesmente abjetos: quando a busca do objetivo anda de mãos dadas com o cinismo mais absoluto. Dado que as forças sociais e políticas que se identificam com Macron não têm intenção de conceder o que quer que seja, um conjunto de fatos recentes sugere cenários muito sombrios para os próximos meses. Se, na verdade, a deriva securitária dos regimes neoliberais só pode surpreender aos ingênuos que acreditam na unidade indissociável entre "capitalismo" e "democracia", a França contemporânea se distingue deste ideal de forma negativa, em

² Enquanto em algumas pequenas cidades ou aldeias, os comitês continuam a ter participação em mais de 100 Gilets Jaunes...

vários aspectos. Primeiramente, instituiu um estado de emergência após os ataques de novembro de 2015, prolongado em diversas ocasiões. Em seguida, gravou os seus princípios fundamentais no direito comum em setembro de 2017. Aprovou uma lei – conhecida como anti-quebradeira – que foi descrito por deputados reacionários como sendo "digna de Vichy" e que foi parcialmente censurada pelo Conselho Constitucional. E após o Ato XVIII, foi proibido o acesso aos sábados a certos lugares públicos (praças, bairros), 2. Empregou contingentes do exército nas ruas para o exercício da manutenção da ordem e 3. Endureceu, tanto quanto possível, as medidas de segurança e de controle. O objetivo político explícito dessa bateria de manobras abertamente autoritárias? Prevenir e castigar. Se acrescentarmos a isso a instrumentalização vergonhosa dos atos anti-semitas repulsivos perpetrados em fevereiro, nos deparamos com um ponto de inflexão alarmante. Os números da repressão em andamento também são impressionantes, tanto do lado da justiça quanto do lado da polícia: cerca de 10 mil prisões, 6 mil detenções e 2 mil indiciamentos; mais de 200 feridos na cabeça, 22 perderam os olhos e 5 mãos arrancadas (um somatório por baixo e atualizado constantemente, mas que já excede em muito o que vimos desde várias décadas) ... Podemos, assim, avançar a hipótese de que na luta de classes o neoliberalismo atual prefere a guerra civil - um sinal importante, se ainda fosse necessário - do aguçamento da crise atual³.

3. Força dos coletes amarelos, riqueza do possível

No entanto, o aprofundamento das características autoritárias de qualquer estado capitalista é o outro lado da medalha da reconfiguração do welfare state em um "*workfare state*", da precarização do mundo do trabalho e do bloqueio neoliberal das políticas econômicas. O fato altamente político de que o Gilets Jaunes não só bloqueou a agenda de reformas (aposentadorias e desemprego in primis), mas também colocou em crise o aparelho governamental e a máquina estatal e policial, nos fala sobre sua real força e sua possível riqueza. Os Gilets Jaunes sabem disso bem e continuam a desestabilizar o sistema político. Além disso, o espectro de questionamento do existente de que é capaz esse movimento é muito amplo e variado. Nesse sentido, o trabalho, na multiplicidade de suas formas contemporâneas, permanece certamente o centro das preocupações de uma

³ A este respeito, J. M. Apathie - comentarista de tempos em tempos afiado, como qualquer reacionário digno deste nome - fala de "elementos dispersos da guerra civil".

composição de classe que excede o assalariado e cujo campo das reivindicações não se reduz a essa questão. Pelo contrário, estamos lidando com a politização de uma série de áreas relacionadas aos "estilos de vida" de hoje, cujo potencial de transformação social e política é inédito. E mais uma vez, mais do que os discursos, são as práticas e formas de organização do *Gilets Jaunes* que nos mostram isso. A este respeito, devemos considerar três elementos que distinguem a insurreição em curso: a) redefinição pelo movimento *Gilets Jaunes* do binômio greve / bloqueio; b) a rearticulação entre "luta econômica" e "luta política"; e (c) a invenção de novas formas democráticas.

3.1. Greve/bloqueio

O primeiro ponto é decisivo. O *Gilets Jaunes* está redefinindo, de forma engenhosa, a relação entre a "greve", entendida na sua forma clássica, e um conjunto heteróclito de práticas de "bloqueio econômico". Sabemos muito bem que se trata, até o momento, de experimentação, e que essas experiências ainda não atingiram uma capacidade de ampliação decisiva. Mas devemos insistir nesse fenômeno. Em primeiro lugar, as manifestações de sábado, chamadas "atos" a partir de uma ótica sindical tradicional, poderia parecer como uma posição política externa a um conflito capital/trabalho, no entanto, esta opção realmente se revela como uma forma plenamente desenvolvida de socialização da greve⁴. Confrontado com o fracasso de formas convencionais de greve - determinada pela crise do sindicato - o *Gilets Jaunes* escolheu, desde o início, irromper na cena pública e urbana semanalmente. Longe de se constituir como desfiles inocentes, as manifestações de sábado tiveram como alvo os distritos centrais das cidades francesas, de todos os tamanhos. Como demonstrado no dia de 16 de Março, os bairros burgueses não são simplesmente, material e simbolicamente, espaços do poder institucional, mas também espaços privilegiados de consumo de massa - e, em algumas áreas, como em todo o *Champs-Élysées*, consumo de bens de luxo. As manifestações de sábado no centro da cidade atrapalharam a esfera de circulação e

⁴ Na história do movimento operário e revolucionário, a "greve econômica" diz respeito a reivindicações com relação a salários e condições de trabalho, enquanto a "greve política" diz respeito a reivindicações relacionadas a situações políticas. (corrupção, mudança de governo, etc.). Desde a virada dos anos 1970 - e especialmente com o movimento feminista global desde 2016 - a prática de greves também tem sido cada vez mais adotada para lutas por um espectro mais amplo de questões: racismo, sexismo, violência de gênero, esfera reprodução social, etc. A expressão "greve social" tenta definir, do ponto de vista teórico e político, essa pluralidade de lutas.

consumo de mercadorias, bem como sua exposição simbólica. Muitas lojas de rua e várias lojas de departamentos reclamam de pesadas perdas econômicas e isso não apenas em Paris, Nantes, Bordeaux ou Toulouse, mas em quase todos os lugares da França. Portanto, não é uma coincidência que os custos de seguro para a reconstrução de vitrines tenham aumentado após cada ato. Estes eventos mostram claramente que a linha entre a esfera da produção e a do consumo não é tão clara assim e que atingir o consumidor pode, portanto, direta ou indiretamente, abalar a produção.

Um discurso semelhante também se aplica a outras formas de bloqueio econômico, que exprimem por sua vez, uma socialização da greve: greve logística, bloqueio do tráfego, pedágios, bloqueio do mercado internacional de Rungis, piquetes constantes na frente da Amazon, etc. A re-articulação da relação entre a greve e as práticas de bloqueio requer o reconhecimento do fato de que a fronteira que separa a produção da circulação, assim como entre a produção e o consumo, se desvanece. Isso não significa abandonar as formas tradicionais de bloqueio de produção, mas o oposto: repensá-las ao nível da produção social difusa em escala metropolitana. Deste ponto de vista, é importante reconhecer que face à demolição dos serviços públicos locais, o movimento se lançou como protesto contra o aumento do preço da gasolina. Esta recusa se deve a um fato básico: quando um veículo particular como o automóvel é usado para ir ao trabalho, ou quando o meio de transporte é o meio de trabalho como tal (como para bicicletas, por exemplo), ele é um fator decisivo para o funcionamento dos processos econômicos. É por isso que a ênfase no aumento do poder de compra, em nossa opinião, não se refere ao abandono do salário como tema, mas pelo contrário, sua requalificação em termos de socialização. Salário social que - a fim de evitar mal-entendidos - não tem nada a ver com a afirmação da renda social garantida, mas que se refere a toda a proteção social financiada pelo imposto sobre os produtos da exploração do trabalho vivo.

3.2. Luta econômica/luta política

Os Gilets Jaunes, ao colocar o poder de compra como centro e, portanto, também, o salário socializado, nos colocam diante do fim da "setorialidade" da ação sindical e, mais amplamente, da setorialidade em geral de um certo tipo de luta econômica. Deste ponto de vista, eles de fato rearticularam a relação entre "luta econômica" e "luta política". Em primeiro lugar, a ocupação dos espaços urbanos, dos bairros burgueses do oeste de Paris

e da margem esquerda do Sena, o ataque às lojas de luxo, etc., sempre foram acompanhados por uma referência constante aos símbolos da República, a fim de destacar a hipocrisia e a ilegitimidade de uma ordem de discurso republicano que corta os laços com a justiça social e fiscal, para mergulhar em temáticas securitárias.

Tal rearticulação entre luta econômica e luta política passa então pela combinação do que o *Gilets Jaunes* chama de "justiça econômica" e o que eles chamam de "democracia" (mas também poderíamos acrescentar "justiça ecológica"). Si alguns à esquerda vêem nas reivindicações de *Gilets Jaunes* sobre justiça fiscal, por exemplo, um estágio anterior da subjetividade política do movimento, defendemos uma leitura radicalmente diferente, destacando os aspectos inovadores promovidos pelo movimento, mesmo de forma impura ou mesmo contraditória. O que, muitas vezes, é interpretado por alguns como um elemento de fraqueza, parece-nos, pelo contrário, constituir um dos seus pontos fortes.

Vamos dar uma olhada mais de perto nessa combinação de justiça social e fiscal. Se, por exemplo, o movimento se dirige ao Estado em relação à tributação, salário mínimo, serviços públicos, etc. (e o que dizer das reivindicações que insistem em "nenhum sem teto", em medidas de apoio para pessoas com deficiência ou a proposta de socializar o sistema bancário?), ele o faz não porque tenha uma clara consciência de todas as relações e figuras do comando capitalista de hoje, mas porque identifica o Estado contemporâneo como um importante ator econômico que contribui para a exploração e dominação capitalista. Mais precisamente, o que é refutado é a função que ele cumpre em termos de "extração" nos processos de valorização contemporânea. O caráter extrativista do Estado, ou seja, seu papel na lógica extrativa do capitalismo atual, se manifesta duplamente: pela espoliação dos serviços públicos e dos bens comuns (daí a centralidade dentro do movimento, da questão dos serviços locais e nacionais); via sistema fiscal (e, portanto, do endividamento). O sistema fiscal e de endividamento são duas expressões muito concretas da redefinição de lógicas de exploração que hoje atuam diretamente sobre as formas de vida (consumo, acesso a serviços públicos, despesas escolares, taxas universitárias, saúde, feriados, etc.).

Deste ponto de vista, em vez de ler as reivindicações tributárias como a face à direita das reivindicações do movimento, deve-se, sobretudo tentar lê-las como demandas que partem da condição social de pobreza que este movimento trouxe à luz como característica específica das subjetividades mobilizadas. Pobreza que é totalmente

produtiva. A pobreza, a perda de status, a proletarização, de fato, surge como uma condição que afeta todos os estratos sociais envolvidos na produção de riqueza. Portanto, não estamos falando de pobreza "marginal", no sentido de uma condição que caracteriza os sujeitos "excluídos" do circuito de produção de riqueza. Pelo contrário, os pobres correspondem hoje aos sujeitos cuja centralidade produtiva é essencial em setores tão díspares quanto: serviços públicos terciários, escolas, prefeituras, hospitais, mas também os trabalhadores de logística, plataformas como Uber, Deliveroo, etc.

É por essa razão que o movimento insiste na revalorização global do trabalho ("queremos viver dos nossos negócios"), uma revalorização que se dá por uma insistência direta nos salários ou por demandas indiretas, como equidade fiscal, partilha de riqueza, fim de privilégios, acesso a serviços públicos, etc. Esse conjunto de elementos nos mostra o quanto o alcance do movimento dos *Gilets Jaunes* é geral, por sua capacidade de investir tanto o campo de produção quanto a reprodução do capital⁵, ao mesmo tempo em que inicia uma reinvenção das práticas democráticas.

3.3. A prática da democracia

Em vista da crise irreversível de mediação social e da representação política, os *Gilets Jaunes* têm enfatizado cada vez mais as práticas de horizontalidade e auto-organização. Se a necessidade de democracia direta e participativa é, à primeira vista, dada como característica visível do movimento – uma vacina formidável contra qualquer tentativa de recuperá-lo – é um fenômeno capaz de se desenvolver não apenas de uma maneira prática e organizacional, mas também como destituente e constituinte. A este respeito, podemos, portanto, enfatizar três dimensões: a crítica à Macron e à Quinta República; a proposta do referendo popular; a proliferação de assembleias locais.

3.3.1. Revolta contra o Macronismo

Muito mais do que a "vontade geral", Emmanuel Macron representa a encarnação do desprezo de classe dos novos ricos. Seus discursos contra os "perdedores", "preguiçosos", aqueles que não têm sucesso em suas vidas, etc. marcaram a campanha eleitoral e a primeira fase de seu mandato, dedicada a transformar a antiga França

⁵ Quanto à importância da esfera da reprodução nas lutas contemporâneas e as do *Gilets Jaunes*, cf. nosso primeiro editorial.

assistencialista em uma nação “*start-up*”. Longe do estilo discreto do cinza tecnocrata de Bruxelas ou dos funcionários anônimos do Estado profundo, seu estilo arrogante de “*manager*” dinâmico há muito nega, da forma mais ostensiva, a menor legitimidade a um movimento que exige “mais dinheiro” e mais “participação”. Ao contrário, ele assumiu perfeitamente seu papel de monarca à frente de um arcabouço institucional altamente centralizado e verticalizado como o resultante do golpe militar de 1958. Se uma das características da “atual crise da democracia” é precisamente um amordaçamento do parlamento pelo executivo, agora a fórmula Macron + Quinta Republica provou ser um coquetel explosivo. Não se admira, portanto, que a demissão de Macron – e a crítica à constituição em vigor – seja tão central para o Gilets Jaunes.

3.3.2. Ousar o Referendo de Iniciativa Cidadã

Em segundo lugar, a proposta de um Referendo de Iniciativa Cidadã (RIC). Vários militantes da esquerda engajados no movimento manifestam certa perplexidade em relação a tal proposta. Apesar do fato de que ela contém o risco real de uma reviravolta puramente formalista e formal, deve-se reconhecer que, até agora, este perigo foi afastado, pois a reivindicação pelo referendo vem mais do que uma fetichização abstrata dos processos democráticos, expressa, em contraponto, uma instância material de reapropriação do poder político. Esse desejo de reapropriação do poder político está se desdobrando nos termos de uma descentralização do poder em si, isto é, na afirmação de uma concepção não monopolista da tomada de decisão política. Embora a aplicação concreta do referendo de Iniciativa Cidadã apresente questões bastante legítimas, ela deve ser interpretada como uma das instâncias “descobertas” pelo movimento, como uma das alternativas ao se tornar um partido político e à sua participação nas eleições, mas também como uma “solução” para o apagamento dos corpos intermediários operados por Macron como uma característica distintiva de seu populismo de cima para baixo. Deve-se admitir, portanto, que a ideia deste referendo em sua natureza contraditória e problemática, permitiu que os Gilets Jaunes recusassem o caminho tomado pelo Movimento das Cinco Estrelas na Itália e pelo PODEMOS na Espanha, o primeiro tendo se tornado um partido do *establishment* que governa com a extrema-direita de Salvini, o segundo rasgando-se em discussões internas que a separavam completamente das lutas sociais.

O resultado de qualquer processo de referendo, nós sabemos, sempre depende do equilíbrio de poder em questão. Vamos usar exemplos: o referendo na Califórnia legalizou a maconha, na Suíça ele foi usada contra imigrantes e para propósitos islamofóbicos, na história italiana ele consentiu em aprovar o direito ao aborto, afastar a energia nuclear e defender a água pública. Em todos esses casos, a presença ou ausência de lutas e movimentos que se impliquem e tentem determinar o processo de referendo parece decisiva. Embora o referendo não tenha mais a centralidade que o movimento concedeu em seus estágios iniciais, não devemos subestimar outro aspecto: ele representa a face formal desse poder de veto e de revogação de decisões governamentais que o movimento está experimentando, efetivamente, todos os sábados nas ruas.

3.3.3. *Querem Commerc/ St-Nazaire conosco?*

O terceiro ponto diz respeito às assembleias populares, seu reforço local, sua proliferação em todo o território e seu trabalho em rede. Essa questão – que nos parece uma hipótese muito frutífera – combina a experimentação concreta de uma prática direta e participativa da democracia cotidiana com a reinvenção de uma forma de confederalismo democrático. A proposta da Commerc, revivida por St-Nazaire e recolhida por centenas de assembleias populares em toda a França, é uma perspectiva original com um potencial rico. A multiplicação desses focos de luta e a consolidação de suas conexões representam uma questão que poderia ser o futuro da luta de classes na França. Essas assembleias incorporam formas embrionárias de contra-poder social que, no momento, não apenas interromperam a longa marcha da reestruturação neoliberal, mas também afirmaram outra maneira de ouvir e viver a política. Força crítico-destituente e potência positiva, o movimento do Gilets Jaunes encontra seus órgãos vitais nessas células para promover o conhecimento e o *know-how* de todos!

A este respeito, a Assembleia das Assembleias de San Nazaire demonstrou muito claramente a determinação de estruturar o movimento a longo prazo, articulando a pluralidade dos níveis territoriais através dos quais se desdobra: áreas rurais (agrícolas e turísticas), pequenas cidades / áreas peri-urbanas, grandes e médias cidades. A proliferação do movimento em toda a França e sua presença constante e decisiva no tempo são, de fato, o claro sinal de um desejo de reapropriação concreta do poder político

que vai muito além do anti-macronismo ou do simples sentimento de desconfiança em relação à representação.

4. Perspectivas futuras

Após escapar da ameaça de captura eleitoral, o movimento do Gilets Jaunes tem as cartas na mão para se opor aos poderes constituídos e impor suas demandas. A este respeito, três questões parecem contribuir para alimentar seu desenvolvimento:

- 1) Em primeiro lugar, construir ligações entre as várias assembleias populares presentes a nível local;
- 2) Depois, colocar essas assembleias em contato com os outros centros de luta (sindical, anti-racista, feminista, ecológico, estudantil etc.) que existem ao lado dos Gilets Jaunes;
- 3) Finalmente, a articulação entre os picos de intensidade antagonista que desestabilizam o sistema político e a capacidade de bloqueio que desestrutura o regime econômico.

A combinação dessas três perspectivas representa o desafio dos próximos meses: como unir a irrupção dos acontecimentos de rua com a manutenção da dinâmica em processo? Como podemos fazer o movimento se enraizar cada vez mais em espaços sociais e geográficos e se reproduzir com ainda mais potência ao longo do tempo sem abrir mão de suas próprias características, que são sua força? Um desafio que – se for vencido – colocará muitas coisas em questão, tanto na França quanto em outros lugares.